

**LABORO - EXCELÊNCIA EM PÓS-GRADUAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE DA FAMÍLIA**

**CARMEN JULIA DA SILVA DE MENEZES**  
**JUSCÉLIA AGUIAR DE REZENDE**  
**MARILIA PERDIGAO FREIRE FERRO**

**A DROGADICÃO ENTRE ADOLESCENTES: UMA QUESTÃO DE SAÚDE**  
**PÚBLICA**

Brasília  
2010

**CARMEN JULIA DA SILVA DE MENEZES**  
**JUSCÉLIA AGUIAR DE REZENDE**  
**MARILIA PERDIGAO FREIRE FERRO**

**A DROGADICÃO ENTRE ADOLESCENTES: UMA QUESTÃO DE SAÚDE  
PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Saúde Pública e Saúde da Família do LABORO – Excelência em Pós-Graduação/Universidade Estácio de Sá, para obtenção do título de Especialista em Saúde Pública e Saúde da Família.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Doutora Sueli Rosina Tonial.

Brasília  
2010

Menezes, Carmen Julia da Silva de.

A drogadição entre adolescentes: uma questão de saúde pública. Carmen Julia da Silva de Menezes; Juscélia Aguiar de Rezende; Marília Perdigão Freire Ferro. – Brasília, 2010.

12f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Saúde da Família e Saúde Pública) – Curso de Especialização em Saúde da Família e Saúde Pública, LABORO - Excelência em Pós-Graduação, Universidade Estácio de Sá, 2010.

1. Drogadição. 2. Adolescentes. 3. Saúde pública. Título.

CDU 343.575

**CARMEN JULIA DA SILVA DE MENEZES**  
**JUSCÉLIA AGUIAR DE REZENDE**  
**MARILIA PERDIGAO FREIRE FERRO**

**A DROGADICÃO ENTRE ADOLESCENTES: UMA QUESTÃO DE SAÚDE  
PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Saúde Pública e Saúde da Família do LABORO – Excelência em Pós-Graduação/Universidade Estácio de Sá, para obtenção do título de Especialista em Saúde Pública e Saúde da Família.

Aprovado em    /    /

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Sueli Rosina Tonial** (Orientadora)  
Doutora em Saúde da Criança e da Mulher  
Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ

---

## RESUMO

A drogadição consiste em um complexo problema de saúde pública na atualidade. Falar de drogas na adolescência e discutir o processo saúde/doença exige uma reflexão sobre como a droga foi encarada ao longo da história, suas implicações fisiopatológicas e sociais e as políticas públicas vigentes. A fim de contribuir com a discussão desta problemática, realizou-se um estudo bibliográfico, considerando a fragilidade característica desta fase da vida, os problemas sociais envolvidos e principalmente o impacto causado na saúde. Este trabalho visa a contribuir para a análise de Programas de Políticas Públicas para adolescentes considerados em "situação de risco", enfatizando a relação entre as diretrizes e concepções presentes nas Políticas Públicas e as práticas nos programas de atendimento a adolescentes. Destaca-se a importância de identificação das abordagens vigentes nesses programas, se consideram a singularidade dos sujeitos, com suas realidades sócio-econômico-culturais, bem como a fragilidade característica do processo adolescente ou se, ao contrário, caracterizam o adolescente como um "problema social", necessitando de redirecionamento e conformidade aos valores sociais vigentes. São apontadas algumas das especificidades e implicações que tais posturas teóricas têm na abordagem do caso da drogadição, quer em nível das práticas de assistência, quer em nível investigativo. Ressalta-se, finalmente, a importância da busca por uma compreensão integradora do adolescente, em nossa cultura, como um meio para a proposição de políticas e ações que não o reduzam a uma "categoria de risco".

Palavras-chave: Drogadição. Adolescentes. Saúde pública.

## ABSTRACT

Drug use is now considered a serious and complex public health problem. Talking about drug addiction is to discuss the disease process, considering the models that contribute to understanding the phenomenon at the moment and established intervention strategies. Discussing addiction today demands a reflection on how the drug was seen throughout history, in view of the issues of health and illness and the hegemonic paradigms in every moment. This work aims to contribute to the analysis of public policy programs for adolescents considered "at risk", emphasizing the relationship between the guidelines and concepts found in Public Policy and practice in programs that care for adolescents. The study highlights the importance of identifying the contemporary approaches in these programs, they consider the uniqueness of individuals, with their socio-economic-cultural as well as the weakness characteristic of the adolescent process, or whether, instead, characterizes the adolescent as a problem social, needing redirection and conformity to social values. Points out some of the specifics and implications of such theoretical positions have in dealing with the case of drug addiction, both in terms of practical assistance, both in investigative level. It is noteworthy, finally, the importance of searching for an integrative understanding of the adolescent in our culture as a means for proposing policies and actions that do not reduce to a "risk category".

Key-words: Drug addiction. Teens. Public health.

## SUMÁRIO

		p.
1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
2	<b>OBJETIVO</b> .....	2
3	<b>METODOLOGIA</b> .....	3
3.1	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	3
4	<b>A DROGADIÇÃO ENTRE ADOLESCENTES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	4
5	<b>VULNERABILIDADE NA ADOLESCÊNCIA</b> .....	6
6	<b>DROGAS E O PROCESSO SAÚDE/DOENÇA</b> .....	7
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	9
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	10

## 1 INTRODUÇÃO

A dependência química na atualidade corresponde a um fenômeno amplamente divulgado e discutido, uma vez que o uso abusivo de substâncias psicoativas tornou-se um grave problema social e de saúde pública. Falar sobre o uso de drogas, particularmente sobre a dependência química, traz à tona questões relacionadas diretamente ao campo da saúde, o que implica na necessidade de realizar uma reflexão sobre esse fenômeno no âmbito das concepções sobre saúde e doença. Isso porque temas como saúde, doença e drogas sempre estiveram presentes ao longo da história da humanidade, embora cada período apresente uma maneira particular de encarar e lidar com esses fenômenos, de acordo com os conhecimentos e interesses de cada época (PRATA; SANTOS, 2009).

Cerca de duzentos milhões de pessoas usam drogas no mundo. A problemática das drogas atinge particularmente os jovens (adolescentes). Não é possível refletir sobre o jovem isolando-o da sociedade em que está inserido. As relações sociais existentes na sociedade exprimem as suas marcas culturais as quais definirão como o perfil do adolescente irá se configurar resultando daí a base para a vida adulta. Vários autores alertam que existem diferentes adolescentes, a depender da situação, vivências, referências subjetivas e grupais e identidades sociais. Para Santos; Ferreira; Fernandes (2008) o conceito de adolescência é construído socialmente, não se podendo falar do adolescente como se ele fosse uma unidade social, um grupo construído com interesses comuns.

Castro; Abramovay (2005) salientam que o conceito de Adolescência é, em princípio, provisório. Geralmente se refere ao corte de 14 a 24 ou de 15 a 19 anos (conceito demográfico com aportes de psicologia, da antropologia e da sociologia). No Brasil, dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar revelam que 24,2% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental, com idade entre 13 a 15 anos, já experimentaram o cigarro, 71,4% já haviam experimentado álcool e, 8,7% dos estudantes já usaram alguma droga ilícita (IBGE, 2009).

Segundo o Ministério da Saúde, o uso e o abuso de álcool e outras drogas têm sido uma das principais causas desencadeadoras de situações de vulnerabilidade na adolescência e juventude, a exemplo dos acidentes, suicídios, violência, gravidez não planejada, dentre outros (ALMEIDA; OLIVEIRA; PINHO, 2008). Os problemas relacionados ao abuso de drogas por adolescentes são uma importante questão de saúde pública, estimando-se que correspondam à principal categoria de problemas psíquicos em adolescentes acima dos dezesseis anos (RAUPP; MILNITSKY-SAPIRO, 2005).



Entretanto as políticas públicas adotadas no mundo e, especificamente, no Brasil necessitam mudar a visão de juventude, para que os jovens tenham oportunidade de participar ativamente da sociedade em que estão inseridos (SANTOS; FERREIRA; FERNANDES, 2008). Nesse sentido a exigência de inclusão da política de assistência social na agenda das políticas públicas, visa uma intervenção nos grupos de risco social em seu próprio ambiente, família e comunidade, rompendo com uma perspectiva de assistência meramente individualizada e indica uma intenção de alargar o alvo a ser atingido no processo de desenvolvimento social (MENDONÇA, 2002).

A Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas fora criada no ano de 2004, uma vez que a questão do uso de álcool e drogas na população brasileira tomou proporção de grave problema de saúde pública (ALMEIDA; OLIVEIRA; PINHO, 2008).

A falta de "atendimento especializado na saúde", a "**drogadição**" e até mesmo "problemas de comportamento", denunciam fragilidades específicas nas políticas de saúde existentes, voltadas às crianças e aos adolescentes (BAZON, 2008). Assim, diante da crescente problemática da drogadição entre adolescentes e na tentativa de contribuir com essa questão, faz-se necessário realizar um estudo sobre adolescentes, drogas e seus impactos na saúde, explicitando a drogadição como um importante agravo na saúde pública.

## **2 OBJETIVO**

Descrever sobre a drogadição em adolescentes.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada neste estudo trata-se de uma revisão de literatura.

#### 3.1 Revisão de literatura

Consideram-se como referencial para estruturação da revisão os passos propostos por Castro (2001).

- **Formulação da pergunta:** o que a literatura descreve sobre a drogadição entre adolescentes?
  
- **Localização e seleção dos estudos:** Foram considerados para o estudo publicações nacionais e periódicos indexados, impressos e virtuais, específicas da área (livros, monografias, dissertações e artigos), sendo pesquisados ainda dados em Base de Dados eletrônica tais como Google Acadêmico, Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde, BIREME e Scielo.
  
- **Período:** 2005 a 2010.
  
- **Coleta de dados:** Foram coletados dados relativos aos adolescentes drogaditos, enfocando os riscos da drogadição enquanto significativo problema de saúde pública e para a sociedade como um todo, considerando-se que o problema das drogas expõe os adolescentes à vulnerabilidade. Descritores: Drogadição; Adolescência; Saúde pública.
  
- **Análise e apresentação dos dados:**
  - A drogadição entre adolescentes e as políticas públicas;
  - Vulnerabilidade na adolescência;
  - Drogas e o processo saúde/doença.

#### 4 DROGADIÇÃO ENTRE ADOLESCENTES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Analisar as Políticas Públicas para a adolescência no Brasil implica buscar uma compreensão do seu papel em nossa sociedade, a fim de compreender de que forma, historicamente, os adolescentes vêm sendo contemplados por essas políticas, quais foram as suas prioridades ao longo das últimas décadas e quais as orientações predominantes atualmente.

A idéia de Políticas Públicas está ligada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios, envolvendo uma dimensão de tempo (duração) e alguma capacidade de impacto. Essas políticas não se reduzem à implantação de serviços, pois englobam projetos de natureza ético-política e compreendem níveis diversos de relações entre o estado e a sociedade civil na sua constituição. Situam-se, também, no campo de conflitos entre atores que disputam na esfera pública orientações e recursos destinados a sua implantação (SPOSITO, CARRARO, 2003).

Para os referidos autores é preciso não confundir PP com políticas governamentais, pois órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhá-las. Um traço definidor característico das PP é a presença do aparelho público-estatal em sua definição, acompanhamento e avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que ocorram algumas parcerias em sua implantação.

Historicamente, as Políticas Públicas para a infância e adolescência no Brasil foram criadas a partir da necessidade de propor ações e criar instituições capazes de responder ao crescente processo de marginalização dos jovens pobres, principalmente a partir da década de 1960, como medida de “prevenção social” (BAZON, 2008). Assim, até meados dos anos 1980, as políticas planejadas para os jovens se pautavam, basicamente, na necessidade de criação de programas e instituições para lidar com os problemas relacionados a crianças e adolescentes abandonados, marginalizados ou oriundos de famílias em situação de extrema pobreza.

Segundo Faleiros (1995), analisar essas políticas implica considerar as relações sociais, econômicas, ideológicas e políticas presentes na conjuntura histórica em que foram criadas. Para o autor, a infância dos pobres sempre foi objeto da política, dentro de um complexo processo de articulação entre Estado, sociedade e as diversas forças atuantes na área, com suas diferentes visões do problema e estratégia de controle, proteção, legitimação ou repressão.

A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (ECA, 1990). O uso/abuso de drogas vem sendo considerado um problema de grande transcendência social e, em face disso, requer políticas públicas de controle e combate a este uso/abuso, principalmente no setor da saúde, mormente, as que dizem respeito a um grupo específico da população, que é o de adolescentes (CAVALCANTE, 2008). Os problemas relacionados ao abuso de drogas por adolescentes são uma importante questão de saúde pública, estimando-se que correspondam à principal categoria de problemas psíquicos em adolescentes acima dos dezesseis anos (SAITO, 2005).

Apesar dos importantes avanços obtidos na atenção à criança e ao adolescente após a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente, o cotidiano de milhares de jovens mostra que a “Doutrina da Proteção Integral” é ainda muito mais um desafio do que uma realidade (RAUPP; MILNITSKY-SAPIRO, 2005). Isto porque, além dos problemas de saúde que as drogas causam nos indivíduos de qualquer faixa etária, é na adolescência que esta questão toma vulto diferenciado, em virtude do momento/fase da vida em que se encontram os jovens (CAVALCANTE, 2008).

De acordo com Raupp e Milnitsky-Sapiro (2005) ao analisar mais atentamente as Políticas Públicas, fica explícito que grande parte dos programas direcionados a adolescentes fundamenta-se na idéia de risco social iminente. Dessa forma, a ênfase das ações é colocada no potencial de risco representado por atos violentos conseqüentes, entre outros fatores, ao uso de drogas. Porém, ao observar os programas de atenção ao abuso e dependência de drogas existentes no país encontra-se o paradoxo da falta de lugares de atenção específica a adolescentes, apesar de esta ser considerada a fase de maior exposição ao consumo de drogas, complementam as autoras.

## 5 VULNERABILIDADE NA ADOLESCÊNCIA

A adolescência é um período crítico na vida de cada indivíduo, pois nessa fase o jovem vivencia descobertas significativas e afirma a personalidade e a individualidade. Caracterizar a adolescência somente como uma faixa etária seria uma maneira muito simplista de observá-la, uma vez que ela compreende a transformação do jovem até a idade adulta, não apenas sob o ponto de vista biológico, mas também social e, principalmente psicológico.

Apesar do significativo aumento da população juvenil (adolescente) brasileira na virada do século, o Brasil, não se preparou para atender às necessidades básicas desses brasileiros. Faltam-lhes escolas de boa qualidade, segurança, emprego e políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida.

No final do século, a situação é outra: o crescimento da população de adolescentes ocorre num momento de mercado recessivo de forte desemprego e incremento dos problemas urbanos, o que torna ainda mais precárias as condições de vida da população em geral (SANTOS, FERREIRA, FERNANDES, 2008).

Recentemente a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OIE) divulgou em Brasília o “Mapa da Violência 2006 – Os jovens do Brasil” o qual deixa o Brasil ocupando a terceira posição entre os países com as mais altas taxas de assassinatos de jovens do mundo. Segundo o estudo, elaborados em dados oficiais, a taxa de homicídios de jovens brasileiros, entre 1994 e 2004, cresceu a um ritmo maior de assassinatos entre a população total. Julio Jacobo Waiselfisz, Coordenador da OEI, durante a apresentação do trabalho afirmou que: “Mais de vinte por cento da população jovem não estuda e nem trabalha. Isso significa rua, bares, álcool, droga, transgressão de normas. Existe um jeito jovem de viver, mas também um jeito jovem de morrer”.

Dados da Organização comprovam que tanto os problemas sociais como urbanos expõem os adolescentes a situações de vulnerabilidade. Para (SANTOS; FERREIRA; FERNANDES, 2008) na elaboração de políticas públicas relacionadas aos adolescentes, o conceito de vulnerabilidade deve ser considerados de vários enfoques: vulnerabilidades – desigualdades sociais, problemas estruturais e possibilidades; adolescentes como sujeitos de direitos e atores de desenvolvimento.

Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), adolescente compreende a pessoa que tem entre doze e dezoito anos de idade. A adolescência é um período de transição entre a infância e a condição de adulto, no qual o adolescente se mostra mais resistente às

orientações, pois vislumbra a possibilidade de ter poder e controle sobre si mesmo (CAVALCANTE, 2008).

Conforme Santos. Ferreira; Fernandes (2008) a adolescência é um período extremamente relevante para a construção do sujeito individual e social, devendo ser, porém, considerada sua vulnerabilidade e risco, sendo uma fase única e singular. Os adolescentes, pelas características próprias desta fase, são mais vulneráveis às drogas, pela necessidade do inesperado, da busca por novas experiências e sensações (BRUSAMARELLO et al, 2008).

Os levantamentos epidemiológicos sobre o consumo de álcool e outras drogas entre os jovens no mundo e no Brasil mostram que é na passagem da infância para a adolescência que se inicia esse uso (MARQUE; CRUZ, 2000). Eles se deparam diariamente com vários convites para entrar no mundo das drogas, por meio de estímulos da mídia, televisão, rádio e pela busca de inserção e aceitação em grupos (BRUSAMARELLO et al, 2008).

Os motivos que refletem a suscetibilidade para o uso de drogas entre adolescentes como a curiosidade, prazer, tentação do proibido, rebeldia, insegurança, busca pela alteração dos estados de consciência, influência de grupos, fuga e tentativa de resolução de problemas (BRUSAMARELLO et al, 2008). Deve-se levar em consideração desde as especificidades do abuso de drogas nessa fase, passando pelo reconhecimento da singularidade do sujeito e de sua configuração familiar e comunitária, até a questão da valorização social.

## **6 DROGAS E O PROCESSO SAÚDE/DOENÇA**

No contexto saúde/doença o uso de substâncias psicoativas assumiu proporções alarmantes, tornando-se um complexo problema em termos de saúde pública (PRATTA; SANTOS, 2009). De acordo com Gonçalves (1998), “droga é toda substância que, ao ser introduzida, inalada, ingerida ou injetada, provoca alterações no funcionamento do organismo, modificando suas funções”. As drogas que possuem a capacidade de atuar no psiquismo, as denominadas psicotrópicas, que provocam alterações de humor, percepção, sensações de prazer, euforia, alívio, medo, etc, particularmente é esse grupo que se refere o termo “droga”.

Os prejuízos provocados pelas drogas podem ser agudos (durante a intoxicação ou "overdose") ou crônicos, produzindo alterações mais duradouras e até irreversíveis. O uso de drogas por adolescentes traz riscos adicionais aos que ocorrem com adultos em função de sua vulnerabilidade (MARQUE; CRUZ, 2000). A dependência de drogas é considerada como uma doença crônica que acompanha o indivíduo por toda a sua vida; porém, a mesma pode

ser tratada e controlada, reduzindo-se os sintomas, alternando-se, muitas vezes, períodos de controle dos mesmos e de retorno da sintomatologia (AGUILAR; PILLON, 2005; LEITE, 2000; PRATTA; SANTOS, 2009).

A OMS (2001) destaca que a dependência química deve ser tratada simultaneamente como uma doença médica crônica e como um problema social. Pode ser caracterizada como um estado mental e, muitas vezes, físico que resulta da interação entre um organismo vivo e uma droga, gerando uma compulsão por tomar a substância e experimentar seu efeito psíquico e, às vezes, evitar o desconforto provocado por sua ausência (SAITO, 2005).

As drogas psicotrópicas usadas de forma abusiva estimulam a ação dopaminérgica estabelecendo a dependência. Além disso, agem estimulando um efeito inicialmente desinibidor e posteriormente depressor. Os efeitos crônicos envolvem desde quadros como as síndromes à neurotoxicidade no cérebro. Além dos efeitos diretos no organismo do usuário, todas as substâncias psicoativas usadas de forma abusiva produzem aumento do risco de acidentes e da violência, por tornar mais frágeis os cuidados de auto preservação, já enfraquecidos entre adolescentes (MARQUE; CRUZ, 2000).

Não basta, portanto, identificar e tratar os sintomas, mas sim, identificar as consequências e os motivos que levaram à mesma, pensando no indivíduo em sua totalidade, para que se possa oferecer outros referenciais e subsídios que gerem mudanças de comportamento em relação à questão da droga (SAITO, 2005).

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há um consenso entre os autores quanto à vulnerabilidade na fase da adolescência, configurando-se em período de grande risco para o envolvimento do mesmo com as drogas.

Sabe-se que há todo um contexto social que leva à drogadição em adolescentes, mas nota-se que a saúde pública tem um papel fundamental na prevenção e tratamento desses adolescentes. Do mesmo modo, o problema afeta não somente a saúde individual desses jovens, como toda a família e sociedade, trazendo consequências no programa de saúde vigente no país e em toda a sociedade.

É necessário transcender além das políticas públicas existentes, incorporando novas práticas rotineiras e emergências, a fim de assistir e suprir a crescente demanda de drogaditos, em especial adolescentes, e acima de tudo, políticas sociais que minimizem a fácil exposição dos mesmos às drogas.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Antonio José de et al. O adolescente e as drogas: conseqüências para a saúde. **Esc. Anna Nery**, v.11, n.4, p. 605-610, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141481452007000400008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141481452007000400008&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 05 Jan. 2011.

ALMEIDA, Marília Mastrocolla de; OLIVEIRA, Márcia Aparecida de; PINHO, Paula Hayasi. A reabilitação psicossocial na atenção aos transtornos associados ao consumo de álcool e outras drogas: uma estratégia possível?. *Rev. psiquiatr. clín.* [online]. 2008, vol.35, suppl.1, pp. 82-88. ISSN 0101-6083. doi: 10.1590/S0101-60832008000700017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-60832008000700017&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832008000700017&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 07 Jan 2010.

BAZON, Marina Rezende. Violências contra crianças e adolescentes: análise de quatro anos de notificações feitas ao Conselho Tutelar na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2008, vol.24, n.2, pp. 323-332. ISSN 0102-311X. doi: 10.1590/S0102-311X2008000200011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008000200011&script=sci_arttext). Acesso em: 08 Jan 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Atenção à Saúde. **Saúde integral de adolescentes e jovens**: orientações para a organização de serviços de saúde. Brasília, DF, 2005.

BRUSAMARELLO, Tatiana; SUREKI, Mariângela; BORRILE, Dayane; ROEHR, Hellen; MAFFUM, Mariluci. Consumo de drogas: concepções de familiares de estudantes em idade escolar. Ver. Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas SMAD. 2008, vol.04, n.01, art. 03. Disponível em: [www2.eerp.usp.br/resmad/artigos.asp](http://www2.eerp.usp.br/resmad/artigos.asp). Acesso em: 05 jan. 2010.

CAVALCANTE, Maria Beatriz de Paula Tavares; ALVES, Maria Dalva Santos; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Adolescência, álcool e drogas: uma revisão na perspectiva da promoção da saúde. **Esc. Anna Nery**, v.12, n.3, p. 555-559, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v12n3/v12n3a24.pdf>. Acesso em: 7 jan 2010.

ECA, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm). Acesso em: 08 Jan 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Infância e processo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1995.

GONÇALVES, E.C. Alguns conceitos referentes à toxicomania. In: BUCHER, R. **As drogas e a vida: uma abordagem psicossocial**. São Paulo, SP: EPU, 1998. Disponível em: <http://www.angelfire.com/psy/gilbertolucio/jecrim.html> Acesso: 8 jul. 2010

IBGE. Diretoria de Pesquisa Corredação de População e indicadores sociais. Pesquisa Nacional de Saude Escolar, 2009. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1698&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1698&id_pagina=1). Acesso em: 7 de jan 2010.

MARQUES, Ana Cecília Petta Roselli; CRUZ, Marcelo S. O adolescente e o uso de drogas. Rev. Bras. Psiquiatr., São Paulo, 2011 . doi: 10.1590/S1516-44462000000600009 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462000000600009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600009&lng=en&nrm=iso). Acesso em 07 Jan 2010.

MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. **Cad. Saúde Pública**, v.18, p. S113-S120, 2002. ISSN 0102-311X. doi: 10.1590/S0102-311X2002000700012. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13798.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13798.pdf). Acesso em: 05 Jan. 2010.

SAITO, Maria Ignez. **Adolescência, cultura, vulnerabilidade e risco**, 2005. Disponível em: <http://www.pediatriasaopaulo.usp/upload/HTML>. Acesso em: 5 jan. 2010.

SANTOS, Ivonete Maciel Sacramento dos; FERREIRA, Magali Santos; FERNANDES, Marta quadros. Juventude, cultura, vulnerabilidade e políticas públicas, 2008. Disponível em: [http://artigos.netsaber.com.br/resumo\\_artigo\\_4312/artigo\\_sobre\\_juventude\\_cultura\\_vulnerabilidade\\_e\\_politicas\\_publicas](http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_4312/artigo_sobre_juventude_cultura_vulnerabilidade_e_politicas_publicas). Acesso em: 08 Jan 2010.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução. **Psic.: Teor. e Pesq.**, v.25, n.2, p. 203-211, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a08v25n2.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2010.

RAUPP, Luciane; MILNITSKY-SAPIRO, Clary. Reflexões sobre concepções e práticas contemporâneas das políticas públicas para adolescentes: o caso da drogadição. **Saude soc.**, v.14, n.2, p. 60-68, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/07.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2010

SPOSITO, M.P.; CARRARO, P. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. In: LEÓN, O.D. Políticas Publicas de Juventud em América Latina. Vinã del Mar: CIDPA, 2003.

VENETIKIDES, Cristiane Honório; CORDELLINI, Júlia Valéria Ferreira. **Drogadição na adolescência:** um desafio de gestão e de atenção integral. Revista Igualdade XLI - Temática: Drogadição (Oline). Disponível em: <http://www.artigonal.com/ciencia-artigos/juventude-cultura-vulnerabilidade-e-politicas-publicas-482655.html>. Acesso em: 5 jan. 2010.